Direcção Geral das Indústrias

1.ª Repartição Industrial

Decreto n.º 14:834

Considerando que a Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande foi a primeira fábrica de vidros de bem notada importância que se montou no País em condições de longa vida, dando origem à valiosa indústria vidreira nacional que hoje se exerce e é digna de continuar a aperfeiçoar-se e a desenvolver-se;

Considerando que esta fábrica foi legada à Nação Portuguesa por João Diogo Stephiens, falecido em 1826, cuja memória e vontade deve ser respeitada, como apreciada foi antes de ter sido resolvida a aceitação dêsse legado;

Considerando que no seu testamento o benemérito cidadão claramente deixou expresso o seguinte:

«Os edificios e casas de habitação e mais casas, herdades, terras, pomares, vinhas, jardins, engenhos de água, *et cetera*, na Marinha Grande, e as que se possa dar o nome de fixo capital do meu tráfego de vidros. . . Dou e deixo à Nação Portuguesa todos os mencionados bens e estabelecimentos, suplicando ao Governo que haja de eleger e nomear uma autoridade para esta os reger e administrar . . . e desta sorte espero piamente como assim o desejo que prosperidade, estabilidade e permanência acompanhem esta útil e bela fábrica, a benefício da Marinha Grande em particular e utilidade dêsse Reino em geral e assim para sempre»;

Considerando que o facto de a posse da referida fábrica ter constituído pesado encargo para o Estado não pode servir de motivo para a sua alienação ou abandono, não só porque êsse pesado encargo foi previsto antes da aceitação do legado sem ter impedido a mesma aceitação, como consta da respectiva consulta do Conselho de Fazenda, de 1 de Março de 1927, mas ainda porque basta a riqueza florestal, criada por um arrendatário da fábrica, em herdades que conjuntamente com a fábrica e como pertença da mesma foram legadas, para justificar o dispêndio da verba necessária à conveniente sustentação e progresso da mesma;

Considerando que os bens legados com a fábrica propriamente dita e como a ela pertencentes foram bastantes e que a sua exploração e rendimento dariam mais do que o necessário para todos os encargos da fábrica por elevados que fôssem, como mostram as portarias de 12 de Setembro de 1893 (*Diário do Governo* n.º 206, de 13 de Setembro de 1893) e de 20 de Junho de 1896 (*Diário do Governo* n.º 137, de 22 de Junho de 1896);

Considerando que, efectivamente, a primeira daquelas portarias manda, no seu n.º 5.º, «que se levante a planta geral de todo o estabelecimento da Marinha Grande, designando-se nela os edificios e terrenos que se reconheça serem indispensáveis à laboração da fábrica e os que convenha desanexar com vantagem para o Tesouro e para o desenvolvimento das populações limítrofes», e a segunda, estabelecendo as bases de concurso para o arrendamento da fábrica, determina, no § único do seu artigo 7.º, que «logo que se verifique oficialmente que o arrendatário povoou, sob a direcção da Administração das Matas, pelo menos 300 hectares de terrenos incultos dos Casais da Malta e Lebre, será dispensado o pagamento de 15:000 esterres de lenhas, ficando desde logo estes pinhais na posse e administração do Estado, o qual evitará a danificação dos aquedutos», desanexação esta de bens da Fábrica Nacional que o legado não permite, pelo menos com prejuizo da laboração e devido desenvolvimento da mesma fábrica;

Considerando que, ao arrendar-se novamente a fábrica, ficou estabelecida a obrigação de a Administração das Matas fornecer ao arrendatário 15:000 esterres de lenha «provenientes de desbastes culturais, sobejos de preparos de madeiras e pinheiros arruinados», cujo preço ainda para o último arrendatário foi de \$05(1) cada estere;

Considerando que, ao rescindir-se êsse contrato em 1919 e ao passar então novamente para a administração do Estado a exploração da fábrica, ficou estabelecida pelo decreto n.º 5:406, de 12 de Abril de 1919, que ela teria direito aos mesmos 15:000 esterres de lenha por aquele preço, embora com a ressalva a favor dos serviços florestais do pagamento da diferença entre o preço normal da lenha e o atrás referido;

Considerando que para o pagamento dessa diferença de preço da lenha tem sido inscrita anualmente no orçamento do Estado a competente verba de subvenção à Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande;

Considerando que, não podendo nem devendo dificultar-se o funcionamento e boa utilização da referida fábrica, se deve impedir que ela prejudique a indústria particular, que ao Estado compete estimular e auxiliar;

Considerando que a Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande pode e deve, pelo contrário, contribuir para o aperfeiçoamento e progresso da indústria particular, desempenhando uma útil função de escola de preparação de operários vidreiros, principalmente enquanto estes frequentam a Escola Industrial da Marinha Grande;

Considerando que, nestas condições, a fábrica não necessitará de queimar os 15:000 esterres de lenha a que tem direito, mas precisará de queimar parte dessa lenha e de utilizar a verba respeitante à restante, quer no todo, quer em parte, conforme as circunstâncias aconselharem;

Considerando que, pelo disposto no artigo 7.º do decreto n.º 5:406, de 12 de Abril de 1919, foi concedida à Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande a quantia de 30.000\$ para capital inicial da sua exploração, quantia que, tendo sido em grande parte despendida em reparações urgentes de que a mesma Fábrica carecia, reverteu assim em proveito do próprio Estado e para conservação de propriedade sua, não se justificando, portanto, a sua entrega nos termos do § único do mesmo artigo;

Considerando que se torna indispensável remodelar as bases da administração da mesma fábrica de forma a conseguir-se a sua conveniente laboração o respectivo aproveitamento, o que se tornava impossível com o decreto n.º 5:406, de 12 de Abril de 1919, e respectivo regulamento aprovado pelo decreto n.º 5:416, de 19 do mesmo mês e ano;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A exploração e administração da Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande é confiada a um administrador, assistido por uma comissão consultiva presidida por um inspector do corpo de engenharia industrial e da qual fazem parte, além do presidente, o administrador, um operário da fábrica, um delegado da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, o director ou seu delegado da 8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública e um vereador do município local.

§ 1.º O administrador será contratado e deverá ser um engenheiro químico formado por uma escola superior e será pago, mensalmente, por conta da exploração da fábrica, devendo os seus vencimentos ser fixados por

despacho do Ministro do Comércio e Comunicações, sob proposta da Direcção Geral das Indústrias.

§ 2.º Ao presidente da comissão consultiva da Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande será arbitrada por despacho do Ministro do Comércio e Comunicações sob proposta da Direcção Geral das Indústrias, uma gratificação, isenta de qualquer dedução, não inferior a 60\$ por cada sessão, e aos restantes vogais uma gratificação, nas mesmas condições, não inferior a 50\$, encargo este que será satisfeito também por conta da exploração da mesma fábrica.

Art. 2.º O administrador é considerado, nos termos das leis em vigor, fiol depositário de todas as pertencas, móveis e imóveis da fábrica, devendo residir na Marinha Grande e tendo direito a moradia dentro da mesma fábrica.

Art. 3.º A Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas garantirá em cada ano económico a venda até 15:000 esterres de lenha à Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande, provenientes dos aproveitamentos dos cortes finais e culturais e de pinheiros secos e cardidos do pinhal de Leiria e anexos, pelo preço de £05(1) cada estere, atendendo-se porém ao disposto no artigo 397.º do decreto n.º 4:249, de 8 de Maio de 1918, da organização do Ministério da Agricultura.

Art. 4.º O custo da lenha bem como a despesa do corte e transporte da mesma dos pinhais para a Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande serão satisfeitos por conta da mesma fábrica, sendo o desbaste e mais aproveitamentos sempre realizados sob a imediata fiscalização dos Serviços Florestais e Aquícolas.

§ único. A administração da Nacional Fábrica de Vidros deverá mandar facturar as toragens e arvoredos que se destinem a produção de lenha, à medida que lhe forem, para esse fim, entregues, não podendo retirar nenhuma lenha do pinhal sem seu prévio e integral pagamento, em conformidade com o disposto no artigo 3.º deste decreto, ficando também obrigada a indicar à Direcção Geral dos Serviços Florestais, até 31 de Outubro de cada ano, o número de esterres que julgue dever utilizar até igual data do ano subsequente.

Art. 5.º Para fazer face aos encargos provenientes da exploração da Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande, será posta anualmente à disposição da mesma fábrica a importância correspondente ao pagamento dos 15:000 esterres de lenha nos termos do artigo 397.º do citado decreto n.º 4:249 e já consignada no capítulo 21.º, artigo 160.º, do orçamento do Ministério do Comércio e Comunicações para o corrente ano económico, a qual será levantada, conforme as necessidades da laboração da fábrica, sob proposta do administrador e parecer favorável da comissão consultiva, sem prejuízo do disposto no artigo 10.º

§ 1.º A importância a que se refere este artigo constituirá um capital circulante, não só para o pagamento das lenhas como ainda, na parte que não for utilizada neste pagamento, para a compra de matérias primas, moldes e ferramentas e para salários ou quaisquer despesas inerentes à laboração da mesma fábrica.

§ 2.º É desde já posta à disposição da Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande, nos termos deste artigo, a parte da importância a que o mesmo se refere, consignada no Orçamento e ainda não utilizada no corrente ano económico.

Art. 6.º Considera-se liquidada a importância de 30.000\$ que, nos termos do artigo 7.º do decreto n.º 5:406, de 12 de Abril de 1919, foi autorizada em 14 de Maio do mesmo ano a favor da comissão administrativa da Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande.

Art. 7.º A Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande compete proporcionar dentro das suas oficinas a aprendizagem de vidreiros, principalmente dos matri-

culados na Escola Industrial da Marinha Grande, bem como impulsionar a indústria vidreira nacional por todas as formas que tiver ao seu alcance, nunca podendo dar aos seus produtos preços mais baixos que os mais baixos atribuídos a idênticos produtos das fábricas de vidros da localidade.

Art. 8.º Os lucros líquidos provenientes da exploração da Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande, em cada ano económico, constituirão um fundo de reserva, cuja importância será deduzida da verba a inscrever, nos termos do artigo 5.º, no Orçamento do ano económico seguinte, até eliminação completa deste encargo orçamental, passando nessa ocasião a fábrica a laborar exclusivamente com capitais próprios.

Art. 9.º Quando o Estado deixar de ter encargos com a Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande, os lucros líquidos provenientes da exploração da mesma serão assim distribuídos:

Para fundo de reserva, uma percentagem fixada pelo Ministro do Comércio e Comunicações, mediante parecer ou proposta da comissão consultiva da Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande, percentagem que não poderá ser inferior a 10 por cento;

30 por cento para distribuir por todo o pessoal operário e administrativo da fábrica, na proporção dos seus salários, ordenados e da sua assiduidade;

10 por cento para distribuir pela comissão consultiva, para o que será considerada a presença nas sessões e as respectivas retribuições de cada um dos vogais;

A parte restante para aplicar pelo Governo em obras de assistência, de beneficência e de progresso social, de preferência na área do concelho da Marinha Grande.

Art. 10.º O Ministro do Comércio e Comunicações, pela Direcção Geral das Indústrias, exercerá a superintendência em todos os actos de administração e fiscalização da Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande.

Art. 11.º (transitório). É mantido no seu lugar o actual representante técnico do Estado junto da Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande, que fica exercendo as funções de administrador da mesma fábrica.

Art. 12.º O Governo, pelo Ministro do Comércio e Comunicações, publicará os regulamentos que julgar necessários para a boa execução do presente decreto.

Art. 13.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 5 de Janeiro de 1928.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Manuel Rodrigues Júnior — João José Sinel de Cordes — Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa — Agnelo Portela — António Maria de Bettencourt Rodrigues — Artur Ivens Ferraz — José Alfredo Mendes de Magalhães — Felisberto Alves Pedrosa.

Direcção Geral do Ensino Comercial e Industrial

Portaria n.º 5.146

Considerando que as professoras de instrução secundária e superior, bem como as professoras de instrução primária, são dispensadas do exercício das suas funções durante dois meses no último período de gravidez e em seguida ao parto, com todos os seus vencimentos de categoria e exercício, como preceitua a lei n.º 100, de 30 de Dezembro de 1913, e artigo 136.º do decreto n.º 6:137, de 29 de Setembro de 1919;